

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO**Aviso n.º 11 002/2007**

Torna-se público, nos termos do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que, por despacho de 18 de Maio de 2007, nos termos conjugados do artigo 4.º, alínea e), e do artigo 6.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foi nomeada em comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, com vista à reclassificação profissional na seguinte carreira e categoria, a funcionária Lara Raquel Pereira Braga, da carreira e categoria de assistente administrativo para a carreira de técnico superior, categoria de técnico superior de 2.ª classe (área de gestão e planeamento do turismo), escalão 1, índice 400.

22 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Pedro Pereira Cardoso*.

2611021122

CÂMARA MUNICIPAL DE ARGANIL**Aviso n.º 11 003/2007**

Ricardo João Barata Pereira Alves, presidente da Câmara Municipal de Arganil, faz público que, em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, foi celebrado entre esta Câmara Municipal e a trabalhadora Rita Isabel Mendes Faria da Cunha, pelo período de um ano e a partir de 21 de Maio de 2007, contrato de trabalho com termo resolutivo certo, com fundamento na alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e considerando a Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, regulamentada pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, na carreira de técnica superior de animação sócio-educativa e categoria de técnica superior de 2.ª classe, com a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 400, escalão 1, da tabela salarial vigente para a administração local. [Contratação isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com a alínea f) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

5 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Ricardo João Barata Pereira Alves*.

2611021083

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS**Aviso n.º 11 004/2007**

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por meu despacho de 4 de Junho de 2007, vai proceder-se à abertura do período de discussão pública relativa à operação de loteamento e obras de urbanização que incide sobre o prédio sito no L. de Portela, freguesia de Martim, concelho de Barcelos, a que se refere o processo n.º 32804, em que é requerente Justina da Eira Ferreira, contribuinte n.º 143558285, durante o período de 15 dias, com início no dia seguinte à publicação deste aviso no *Diário da República*.

O processo de loteamento referido encontra-se disponível, para consulta, nos dias úteis das 9 horas às 15 horas e 30 minutos na Secretaria da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Barcelos.

5 de Junho de 2007. — O Vereador, no uso de delegação de poderes, *Manuel Carlos da Costa Marinho*.

2611021008

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA**Aviso n.º 11 005/2007**

A Câmara Municipal de Braga torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 27.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objecto a alteração ao alvará de loteamento, que consiste em alterar os lotes 24/25, 26/27 e 35 a 41, sitos no lugar das Caldas, freguesia de Sequeira, Braga, em que é requerente Caixa Leasing e Factoring.

Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões e pedidos de esclarecimentos relativamente à pretendida operação urbanística,

as quais serão posteriormente objecto de resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- a) A desconformidade com instrumentos de gestão territorialmente eficazes;
- b) A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devam ser ponderados em fase de elaboração;
- c) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- d) A eventual lesão de direitos subjectivos.

Mais se torna público que o processo respeitante à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos respectivos departamentos técnicos municipais, bem como de eventuais pareceres, autorizações ou aprovações emitidas por entidades externas ao município, encontra-se disponível, para consulta, na Divisão Administrativa de Apoio aos Departamentos Técnicos de Obras, sita no Edifício do Pólo, Braga.

5 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.

2611021093

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**Rectificação n.º 831/2007****Concurso externo de ingresso para provimento de nove lugares de auxiliar de acção educativa de nível 1**

No *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2007, foi publicado com inexactidão o aviso relativo a abertura do concurso externo de ingresso para provimento de nove lugares de auxiliar de acção educativa de nível 1.

Assim, rectifica-se que onde se lê:

«8.3 — O requerimento de admissão [...]»

- a)
- b)»

deve ler-se:

«8.3 — O requerimento de admissão [...]»

- a)
- b)

c) *Curriculum vitae* detalhado, do qual deve constar a identificação pessoal, habilitações literárias e profissionais, formação profissional e experiência profissional, com indicação das funções com maior interesse para o lugar a que se candidata e quaisquer outros elementos que o candidato entenda apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito. Em anexo, o *curriculum vitae* deverá conter os documentos comprovativos das declarações aí apresentadas, sob pena da sua não consideração para avaliação.»

11 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Jorge Nunes*.

2611021056

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO**Aviso n.º 11 006/2007**

Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que o vice-presidente da Câmara procedeu às seguintes nomeações:

José Fernando Ferreira de Sousa Pinto foi nomeado definitivamente pelo despacho n.º 30/2007, de 29 de Maio, para o escalão 1, índice 460, na categoria de técnico superior de 1.ª classe, da carreira de técnico superior (economia), do grupo de pessoal técnico superior.

Lúcia Marlene Gomes Pereira Liquito foi nomeada definitivamente pelo despacho n.º 31/2007, de 30 de Maio, para o escalão 1, índice 460, na categoria de técnico superior de 1.ª classe, da carreira de técnico superior (relações públicas), do grupo de pessoal técnico superior. Anabela Oliveira Ribeiro foi nomeada definitivamente pelo despacho n.º 32/2007, de 1 de Junho de 2007, para o escalão 1, índice 460, na categoria de técnico superior de 1.ª classe, da carreira de técnico superior (turismo), do grupo de pessoal técnico superior;

na sequência dos concursos internos de acesso limitado abertos por aviso afixado em 28 de Março de 2007.

Nos termos do artigo 11.º do referido Decreto-Lei n.º 427/89, os candidatos devem tomar posse no prazo de 20 dias, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isentos de visto do Tribunal de Contas.)

5 de Junho de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Rolando Nunes de Sousa*.

2611021096

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Aviso n.º 11 007/2007

Reclassificação profissional

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 28 de Maio de 2007, e no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, nomeei, em comissão de serviço extraordinária, por um período de seis meses, com início em 1 de Julho de 2007, na categoria de tesoureiro, escalão 1, índice 222, com vencimento de € 725,39, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, com vista a reclassificação profissional, o funcionário Eduardo Fernando Silva Matos Pereira, assistente administrativo.

O nomeado deverá aceitar o respectivo lugar no prazo de 20 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 46.º, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

4 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Martins de Jesus*.

2611020903

CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

Rectificação n.º 832/2007

Concurso interno de acesso geral para o provimento de três lugares da carreira de assistente administrativo, categoria de assistente administrativo principal, integrada no grupo de pessoal administrativo do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 9874/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 105, de 31 de Maio de 2007, relativo ao concurso interno de acesso geral para provimento de três lugares da carreira de assistente administrativo, categoria de assistente administrativo principal, integrada no grupo de pessoal administrativo do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, rectifica-se que, na alínea b) do n.º 9.2 do aviso de abertura de concurso, onde se lê «A classificação de serviço e ou avaliação de desempenho será ponderada na sua expressão quantitativa, sem arredondamento — classificação/avaliação de desempenho, referente à média aritmética dos últimos três anos classificados no mínimo de *Muito bom* (multiplicada por 2, no caso de classificação de serviço; multiplicada por 4, no caso de avaliação de desempenho)» deve ler-se «A classificação de serviço e ou avaliação de desempenho será ponderada na sua expressão quantitativa, sem arredondamento — classificação/avaliação de desempenho, referente à média aritmética dos últimos três anos classificados no mínimo de *Bom* (multiplicada por 2, no caso de classificação de serviço; multiplicada por 4, no caso de avaliação de desempenho)».

Sendo que, em tudo o mais se mantém o teor do aviso antes publicado.

As candidaturas serão aceites no prazo de 10 dias úteis a contar da publicação da presente rectificação no *Diário da República*.

31 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Álvaro José Cachicho Rocha*.

2611020859

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

Aviso n.º 11 008/2007

Abertura de discussão pública

Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos, vereadora do pelouro das Obras Particulares, Urbanismo e Desporto da Câmara Municipal de Leiria, torna público, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 22.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro,

com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado, que terá início ao 8.º dia útil após a publicação deste aviso no *Diário da República*, o período de discussão pública sobre a proposta de alteração às especificações constantes da licença/autorização de loteamento titulado através do alvará n.º 243, emitido em 27 de Abril de 1979, referente ao prédio sito em Rego d'Água, da freguesia de Marrazes e do concelho de Leiria, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 4481 da freguesia de Marrazes, cujo processo de licenciamento correu os seus trâmites na Câmara Municipal de Leiria sob o número lot-82/78.

As alterações incidem sobre os lotes 1D e 1E e foram requeridas por Good.Bowling, L.^{da}, e outro.

O período de discussão pública terá a duração de 15 dias úteis.

A proposta de alteração encontra-se disponível, para consulta, na Secção de Apoio Administrativo à Divisão de Loteamentos, nos dias úteis entre as 9 horas e as 15 horas e 30 minutos.

Todos os interessados poderão apresentar, por escrito e dentro do prazo em que decorrer o período de discussão pública, sugestões, reclamações ou observações.

10 de Maio de 2007. — Por delegação da Presidente da Câmara, a Vereadora, *Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos*.

2611020932

Aviso n.º 11 009/2007

Abertura de discussão pública

Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos, vereadora do pelouro das Obras Particulares, Urbanismo e Desporto da Câmara Municipal de Leiria, torna público, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 22.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado, que terá início ao 8.º dia útil após a publicação deste aviso no *Diário da República*, o período de discussão pública sobre a proposta de alteração às especificações constantes da licença/autorização de loteamento titulado através do alvará n.º 571/89, emitido em 24 de Julho de 1989, referente ao prédio sito na Urbanização Quinta da Barreta, São Romão, da freguesia de Pousos e do concelho de Leiria, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 4324, da freguesia de Pousos, cujo processo de licenciamento decorreu os seus trâmites na Câmara Municipal de Leiria sobre o lot-20/87.

As alterações incidem sobre o lote 55 e foram requeridas por Aquilino Carreira Imobiliários, L.^{da}

O período de discussão pública terá a duração de 15 dias úteis.

A proposta de alteração encontra-se disponível, para consulta, na Secção de Apoio Administrativo à Divisão de Loteamentos, nos dias úteis entre as 9 horas e as 15 horas e 30 minutos.

Todos os interessados poderão apresentar, por escrito e dentro do prazo em que decorrer o período de discussão pública, sugestões, reclamações ou observações.

10 de Maio de 2007. — Por delegação da Presidente da Câmara, a Vereadora, *Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos*.

2611020905

Aviso n.º 11 010/2007

Abertura de discussão pública

Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos, vereadora do pelouro das Obras Particulares, Urbanismo e Desporto da Câmara Municipal de Leiria, torna público, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 22.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado, que terá início ao 8.º dia útil após a publicação deste aviso no *Diário da República*, o período de discussão pública sobre a proposta de alteração às especificações constantes da licença/autorização de loteamento titulado através do alvará n.º 411/81, emitido em 1 de Junho de 1981, referente ao prédio sito em Quinta do Bispo, da freguesia de Marrazes e do concelho de Leiria, inscrito na matriz predial rústica sob os artigos 1542 e 1543 da freguesia de Marrazes, cujo processo de licenciamento correu os seus trâmites na Câmara Municipal de Leiria sob o número lot-21/79.

As alterações incidem sobre o lote 22 e foram requeridas por Carlos António Rodrigues da Costa.

O período de discussão pública terá a duração de 15 dias úteis.

A proposta de alteração encontra-se disponível, para consulta, na Secção de Apoio Administrativo à Divisão de Loteamentos, nos dias úteis entre as 9 horas e as 15 horas e 30 minutos.